

ALENTEJO NO CONTEXTO DOS PERIFERISMOS GEOECONÓMICOS DO TERRITÓRIO NACIONAL – A PERCEÇÃO DE UMA IDENTIDADE

João Luís Fernandes – Centro de Estudos Geográficos de Coimbra

I

1 – A Integração de Portugal no Contexto Mundial. O Caminho da Modernidade.

O território, entendido como palco de actuação das sociedades humanas e superfície onde se traduzem os sentimentos, as acções, os modos de estar e de ser das populações, não é inerte ao tempo. Apesar de se poderem imobilizar pelas forças, quantas vezes imperceptíveis, da inércia geográfica, as arquitecturas territoriais estão associadas a contextos históricos e espaciais precisos.

O território de Portugal tem sofrido, nos seus cerca de 90000 km² de superfície, profundas modificações nos anos mais recentes, com especial destaque para o último decénio. Essas modificações territoriais têm contudo raízes profundas sedimentadas em alterações nas esferas sociais, económicas, demográficas e mesmo culturais das populações de Portugal. Se os anos 60 do presente século são com frequência apontados como o ponto de viragem destas dinâmicas, 1986, ano de entrada do nosso país na então Comunidade Económica Europeia (CEE), é o culminar deste processo e, ao mesmo tempo, o início do período de mais profundas, aceleradas e perceptíveis modificações não apenas na epiderme do nosso país, como também na sua alma mais profunda e íntima. Com efeito, a entrada como membro de plenos direitos (e, mais tarde, deveres) num dos blocos estruturantes da geoeconomia mundial, não poderia ser indiferente quer ao posicionamento de Portugal face ao Mundo e, sobretudo, perante a Europa, quer à arquitectura interna do nosso país.

Este contexto histórico e político traduziu-se na aproximação de Portugal face membros de vanguarda do bloco europeu, num movimento cuja profundidade e consistência apenas poderá ser avaliada pelos ditames da História.

Essa aproximação, dita convergência, traduz-se no comportamento de determinados indicadores, sobretudo no âmbito da economia. O Produto Interno Bruto de Portugal apresentou uma subida quase constante nos últimos 10 anos; a inflação atingiu recentemente valores ditos *europeus*; a estabilidade do escudo é uma realidade apenas contrariada por alguma turbulência ocasional. Com efeito, em virtude das indefinições e alguns estrangulamentos que caracterizaram a nossa História contemporânea e de razões estruturalmente mais profundas, apenas nos anos 80/90 atingimos uma economia *superficialmente* dita desenvolvida (ou em vias de desenvolvida)¹.

¹ Para confirmar alguns destes valores, consultar, entre outras fontes, o *Anuário Estatístico de Portugal* de 1995.

Em termos demográficos, também Portugal é na actualidade um país *européu*. O ritmo de crescimento anual médio da população portuguesa entre 1981 e 1991 foi de 0,30%. Entre 1991 e 1996 esse valor aumentou para 0,71%².

À modéstia destes valores vai corresponder uma estrutura demográfica deprimida. Uma pirâmide etária envelhecida; um evidente decréscimo da Taxa de Natalidade³ e valores da Taxa de Mortalidade próximos dos 10‰. A Taxa de Mortalidade Infantil apresentava, em 1984, valores próximos aos 10‰. Em 1996, este indicador situava-se nos 6,9‰. Estes quantitativos têm-se traduzido na arquitectura de diferentes estruturas familiares, que adquirem novos contornos, ao mesmo tempo que se reduz a sua dimensão média.

Em paralelo com estas modificações, assistimos, na última década, a alterações profundas na qualidade de vida da população portuguesa. Por exemplo, em 1995, 99,3% dos alojamentos de Portugal Continental dispunham de electricidade. Em 1987, esse valor situava-se em 97,1. No mesmo período, a percentagem de alojamentos com água canalizada no seu interior passou de 82,1 para 94,1.

Em paralelo, o analfabetismo, por inerência dos ciclos de vida ou não, diminuiu; a assistência médica, apesar das discussões sobre a qualidade dos serviços, tem-se democratizado; o acesso a bens de consumo de diferente natureza alargou-se; os números de televisores, videogravadores, telefones, telemóveis e antenas parabólicas sofreram uma rápida expansão; a percentagem de população activa no sector agropecuário tem decrescido⁴; e, em resultado de um acelerado processo de terciarização da população, Portugal, sem nunca ter sido um país industrial, é, em termos estatísticos, um país de serviços⁵.

Em suma, e de acordo com as tabelas estatísticas, Portugal atingiu, sem o percorrer por completo, o caminho da modernidade. Estes valores são também a face visível e mensurável de alterações mais profundas que se traduzem nas mentalidades, nos modos de ser e de estar das populações de Portugal, na estruturação do seu território e edificação de novas Geografias Humanas de Portugal.

² Para estes calculos utilizaram-se os valores da população residente dos anos 1981 e 1991 e os valores da população estimada para o ano de 1996 (ver *Estatísticas Demográficas* de 1997). Para calculo do crescimento anual médio (a), utilizou-se a fórmula (Nazareth, 1988, p.164):

$$a = (Pf - Pi) / Pi \cdot n$$

Pi = População inicial do período considerado

Pf = População final do período considerado

n = número total de anos do período considerado

³ 11,1 ‰ em 1996, enquanto em 1986 esse indicador atingia uma permilagem de 14,2 (Ver *Anuário Estatístico de Portugal* de 1986 e *Estatísticas Demográficas* de 1997, INE, Lisboa).

⁴ 13,2% da população activa, no primeiro trimestre de 1997 (*Estatísticas do Emprego*, 1º trimestre de 1997, INE, Lisboa). Este valor constitui uma descida acentuada em relação à última década. Por exemplo, em 1986 esse valor estava próximo dos 22%.

⁵ Em 1997 (1º trimestre), 55,4% da população activa estava empregue no sector terciário (idem, nota 4).

2 – Dinâmicas Territoriais no Portugal da Modernidade.

A Geografia das Desigualdades no Território Nacional.

A um país com uma população diferente, em contextos políticos e históricos diferentes, corresponde uma identificação territorial diferente. Se a *alma* de uma população pode ser testemunhada pelo território que a suporta, são então visíveis na Geografia de Portugal os dinamismos que têm animado a sociedade portuguesa.

As dinâmicas territoriais do Portugal contemporâneo têm sido marcantes: os processos de urbanização (urbanização difusa, urbanização *in situ* ou periurbanização) expandiram-se; a par disso, assistimos a uma evolução de alcance mais profundo – a *urbanização das mentalidades*; enquanto os centros históricos das cidades se esvaziam de residentes, ensaiam-se processos de recuperação dos mesmos; espaços industriais outrora prósperos e velhas urbes industriais declinam e criam novos territórios de crise; as fronteiras terrestres perdem significado e enfraquece-se uma rede de núcleos de povoamento que vivia à sombra das mesmas; os espaços agrícolas definham ou, noutras locais, adquirem novas dinâmicas; os prédios rústicos transformam-se em prédios urbanos; os vazios aumentam ao mesmo tempo que as concentrações de edifícios e de populações se problematizam; os modos de olhar e de sentir a cidade e os campos evoluíram; o consumo dos espaços é diferente e socialmente variado.

Tratam-se de dinamismos que resultam, por um lado, da selectividade social e territorial da integração internacional do nosso país. Por outro lado, são também consequência da inevitável mutação característica de todos os espaços geográficos que não estão à margem da História.

Com efeito, as paisagens contemporâneas do território nacional apresentam coloridos diferentes. A abertura internacional do país, consentida ou não, planeada ou não, ocasional ou não, mas de qualquer das formas inevitável, expôs o país a um contexto internacional de mundialização, de desenvolvimento tecnológico e de reestruturação produtiva pós-fordista. Os principais vectores deste movimento são o racionalismo económico, a selectividade e a concentração.

O termo concentração é o que de forma mais envolvente caracteriza a evolução da territorialidade de Portugal nesta última década. A população continuou, embora não de forma tão evidente quanto noutras décadas, a concentrar-se num número restrito de concelhos e, dentro destes, em núcleos de povoamento pontuais. A própria edificação da rede rodoviária e a reestruturação na rede ferroviária respondem, por um lado, a esta realidade, mas funcionam, por outro, como forças intensificadoras desta tendência de inquestionável significado geográfico. As distâncias relativas encurtaram-se entre os pontos estruturantes da nossa Geografia. A par de territórios de concentração de populações, edificações, infraestruturas e investimentos, encontramos espaços de abandono, de isolamento, de exclusão. Territórios que tanto se podem posicionar na imediata periferia de alguns *territórios de vanguarda*, como podem servir de suporte a infraestruturas que servem as áreas de inovação e desenvolvimento (gasodutos, rodovias de circulação rápida, ...), sem destas retirar qualquer mais valia.

A população pode, neste contexto, ser utilizada como um barómetro das diferentes arquitecturas espaciais. Embora seja de evitar qualquer tipo de determinismo demográfico, não deixa de ser territorialmente ilustrativo o comportamento de certos indicadores populacionais, sendo de destacar a evolução dos efectivos absolutos em cada unidade administrativa considerada. Neste âmbito, as desigualdades são marcantes (Fig.1): mais de 74% dos concelhos de Portugal Continental tiveram o seu máximo demográfico antes da década de 70; apenas 21% dos municípios, quase todos posicionados no litoral entre Braga e Setúbal, apresentaram um máximo de população em 1991.

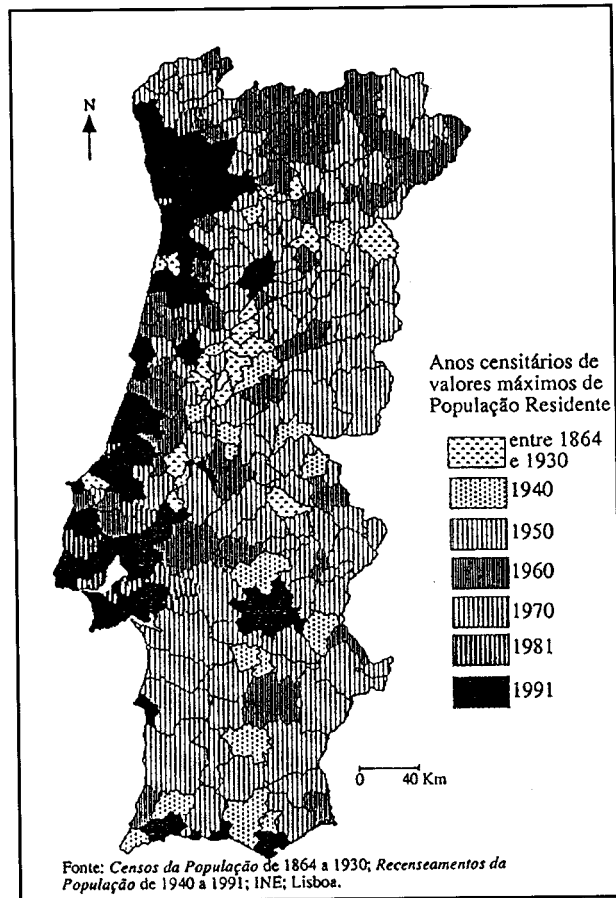


Fig.1- Máximos demográficos em cada concelho de Portugal Continental.

Segundo Richard Lonsdale (1997), os indicadores demográficos constituem uma primeira aproximação na difícil tarefa de delimitação de territórios com diferentes níveis de desenvolvimento geoeconómico. Por exemplo, territórios em simultâneo com valores negativos de crescimento natural e crescimento migratório poderão, em princípio, ser considerados geograficamente marginais. Com efeito, a sobreposição destes dois indicadores no território de Portugal Continental (Fig.2) permite uma delimitação aproximada das áreas menos dinâmicas, dos espaços mais impermeáveis aos processos de desenvolvimento e internacionalização: sectores do Sul alentejano e do interior Norte e Centro e algumas manchas na cordilheira central. Uma realidade (36% dos concelhos do Continente, 47% da superfície total do território de Portugal Continental) em oposição a outros territórios mais dinâmicos.

Estes diferentes comportamentos limitam espaços de dinamismos diferentes, com problemas específicos, mas cada um deles a merecer o olhar do geógrafo. Um olhar sobre um mesmo conjunto, não equilibrado, mas articulado e muitas vezes em conflito.

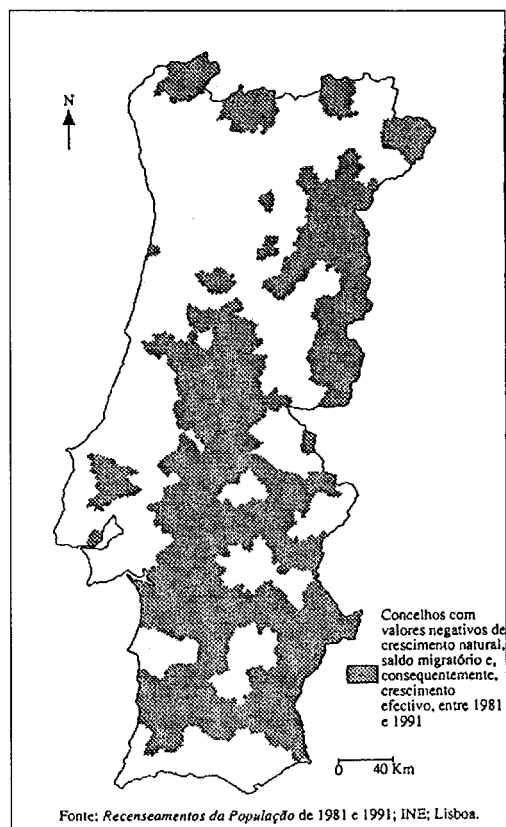


Fig.2- Territórios marginais de Portugal Continental, segundo um dos critérios demográficos⁶.

À desigualdades na distribuição e evolução da população, correspondem desigualdades nos investimentos privados e públicos, nas actividades económicas, na educação, na saúde, nas expectativas.

As desigualdades caracterizam, em momentos de reestruturação económica como os que se vivem actualmente na Europa, tanto os grupos sociais como os lugares: "...regions, cities and social groups wich seem at first sight to be 'missing out' on the margins of contemporary restructuring in Europa." (Sadler e Hdjimichalis, 1995, p.4). A marginalidade territorial e a exclusão social estão associadas. Um grupo social pode estar espacialmente segregado: por exemplo, os idosos. O envelhecimento da população criou novas questões, novas exclusões, novas marginalidades, uma nova Geografia.

Em suma, às clivagens entre diferentes grupos sociais, sobrepõe-se, no Portugal da modernidade, uma grelha de profundas desigualdades regionais. A simples leitura de estatísticas nacionais, quase sempre funcionando como médias aritméticas, é um exercício redutor. Ao geógrafo cabe o papel de se elevar para além dessa simplificação. As diferenças, por exemplo, entre o Alentejo e Trás-os-Montes, entre Lisboa e Vale do Tejo e a Madeira, para nos referirmos apenas às NUT's II, vão para além do exclusivo comportamento de indicadores quantitativos. Ilustraremos esta ideia com o exemplo do Alentejo.

II

1 – Uma Abordagem do Alentejo Contemporâneo e das Respectivas Dinâmicas Territoriais.

Imensidão dos espaços; ritmo pausado dos quotidianos; aparente imobilismo das paisagens; crise latente dos respectivos retratos geohumanos: estas são as linhas definidoras da realidade contemporânea do Alentejo: região que totaliza, com os seus 26926 km² de superfície, cerca de 1/3 de todo o território nacional (Fig.3)⁶.

O Alentejo é uma das regiões naturais melhor demarcadas de todo o país, com uma realidade geohumana e uma territorialidade facilmente distinguíveis no contexto nacional. Desde há muito que esta região se caracteriza por profundos desequilíbrios estruturais, apenas com raridade e pontualidade conseguindo sair da situação de desvantagem geoeconómica relativamente a outros territórios do país. A evolução recente do país veio colocar em relevo uma desintegração territorial que tem as suas raízes mais profundas no passado. Nunca numa análise geográfica a perspectiva histórica foi tão pertinente. O Alentejo é a resultante territorial da associação entre uma Geografia Histórica negativamente marcante e uma Geografia Económica contemporânea marginalizante.

Num período onde a questão do emprego é das mais críticas, é relevante a diferença entre a Taxa de Desemprego média do país e a do Alentejo. No 2.º trimestre de 1997, a Taxa de Desemprego no Continente situou-se nos 6,5%, enquanto no Alentejo se elevou a cerca de 9,9%⁷. Noutros domínios, o perifernismo do Alentejo é também marcante. Por exemplo, em 1995, enquanto o Alentejo apresentava uma média de 3,5 camas hospitalares e 1,3 médicos por cada milhar de habitantes, para o conjunto do Continente e Regiões Autónomas, essas médias ascendiam a, respectivamente, 4,6 e 3,0. Nesses e noutros domínios, com a excepção do número de óbitos por suicídio, o Alentejo surge sempre na cauda quer do país, quer da Europa⁸.

⁶ No presente artigo identificaremos o Alentejo como o espaço administrativo definido pela NUT II Alentejo, isto é, todos os concelhos dos distritos de Portalegre (com a excepção do concelho de Gavião), Évora e Beja e ainda os concelhos do sul do distrito de Setúbal (Alcácer do Sal, Grândola, Sines e Santiago do Cacém).

⁷ Confirmar estes valores na publicação *Estatísticas do Emprego*, 2º Trimestre de 1997; INE, Lisboa.

⁸ Confirmar os números apresentados (e outros) para efeitos comparativos, com a consulta do *Anuário Estatístico da Região Alentejo* de 1996.

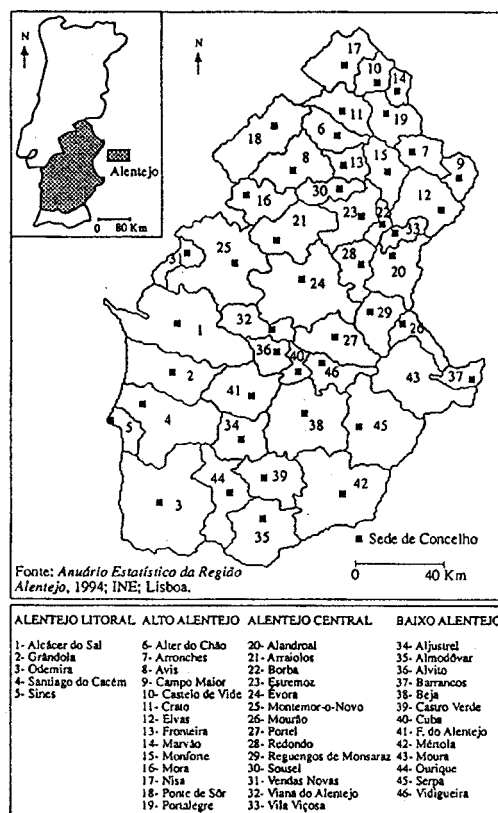


Fig.3- Divisão administrativa da Região Alentejo.

A demografia da região pode ser considerada outro dos indicadores de periferismo do Alentejo. Neste caso particular, é tentador associar um Índice de Envelhecimento superior à média nacional e a quase generalizada incapacidade de conservação da população com os diferenciais de níveis de desenvolvimento. Com efeito, no último período inter-censitário (rever a Fig.2), 32,3% dos concelhos que apresentaram, em simultâneo, valores negativos de crescimento natural e crescimento migratório, posicionaram-se no Alentejo: 67,4% do total dos concelhos desta região. Entre 1981 e 1991 (Fig.4), 42 dos 46 concelhos alentejanos apresentaram crescimento efectivo com valores negativos, o que, associado a um processo de reestruturação do povoamento, confirma a existência de casos de despovoamento neste território. Por ressonância, inércia ou simples permanência ou agravamento desta situação, a evolução demográfica entre 1991 e 1996 não sofreu qualquer evolução nos seus contornos mais gerais (Fig.5).

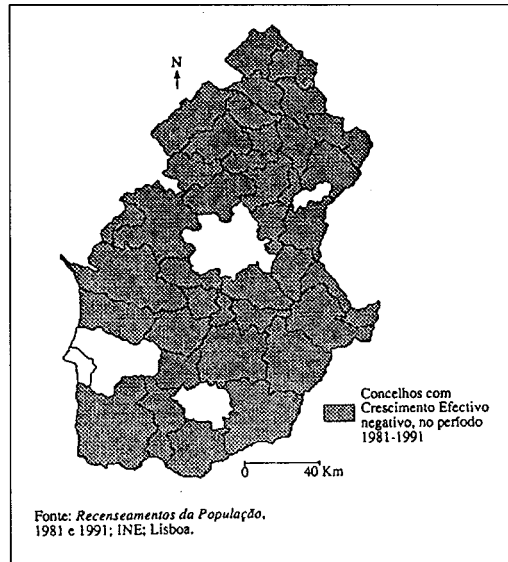


Fig.4- Concelhos da Região Alentejo com crescimento efectivo negativo, entre 1981 e 1991.

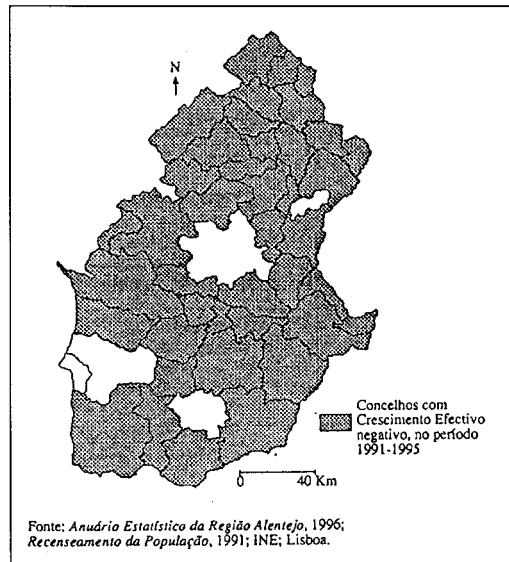


Fig.5- Concelhos da Região Alentejo com crescimento efectivo negativo, entre 1991 e 1995¹⁰

Em ambos os cartogramas, a configuração da mancha e as excepções(Sines e Santiago do Cacém, Vila Viçosa, Castro Verde e Évora⁹) mantêm-se intactas. Trata-se da cartografia de um território em crise demográfica que reflecte, neste caso particular, as desintegrações de realidades noutras esferas, sobretudo a económica.

Apesar do Alentejo possuir ainda uma percentagem de população activa no sector primário acima da média nacional¹⁰, este território deixou, na contemporaneidade, de ser agrícola. Os efeitos da globalização e da internacionalização da economia nacional, que neste sector surge materializada na PAC e nas suas sucessivas reformas, associados a desestruturas históricas, remeteram o espaço agrícola alentejano para uma situação de abandono, nalguns casos, dependências de subsídios, noutros. Por outro lado, os valores de população no sector terciário constituem uma ilusão de desenvolvimento¹¹. São sobretudo as autarquias e os serviços de apoio directo às populações (e não à produção noutros sectores), em especial na educação e na saúde, que justificam esta percentagem. região de funcionários públicos e de dependentes da segurança social: é esta a base sócio-económica do Alentejo – um território onde a actuação de agentes de desenvolvimento, quer endógenos, quer exógenos, é premente. Não significa isto que, para além destas estatísticas, o Alentejo não apresente algumas centralidades: no domínio do ambiente, das paisagens aprazíveis, de um bucolismo procurado, com alguma insistência nos últimos anos, por populações residentes em territórios economicamente mais desenvolvidos.

2 – A Imagem do Alentejo Contemporâneo: a percepção de um espaço marginal.

A percepção dos territórios onde se pretende actuar é importante para o fracasso ou o êxito dos processos de intervenção. É determinante não só a imagem que os agentes de intervenção têm do território em causa, como também a percepção que o colectivo social tem dessas realidades. Em sociedades democráticas, a opinião pública desempenha um papel regulador que não pode ser negligenciado pelas políticas territoriais. É, por isso, importante levantar algumas questões, no que ao Alentejo diz respeito.

Qual a percepção que a população nacional tem do Alentejo? Um território que se tem atravessar a caminho do Algarve? Um feudo do Partido Comunista Português? Quais as realidades mais conhecidas desta região? As historietas irónicas de alentejanos, ditas anedotas, que circulam, da mesma forma que as de portugueses no Brasil, andaluzes em Espanha e de escoceses e irlandeses na Inglaterra? Quais os espaços mais conhecidos do Alentejo? As praias do Sudoeste? Évora-Património Mundial? O conjunto histórico-arqueológico de Mértola? Em suma, qual a imagem presente do Alentejo? Como se olha para este território? Que correspondência terá esse olhar, que nunca será nem inocente, nem isento, nem desinteressado, com a realidade?

É significativo o poder que a comunicação social, e a imprensa de um modo particular, tem sobre a arquitectura da consciência colectiva. Assim, como ensaio metodológico, fez-se o levantamento e interpretação de todas as informações, notícias, referências (exclusivas ao Alentejo-

⁹ É obvio que, perante as unidades administrativas utilizadas- os concelhos, esta análise não reflecte a realidade com total fidelidade. Uma representação a partir de uma divisão territorial com base nas freguesias teria uma configuração diferente.

¹⁰ 13,5% para o Alentejo, em 1996 e 12,2% de média nacional para o mesmo ano (ver *Anuário Estatístico Região Alentejo* de 1996, INE, Lisboa).

¹¹ 63% em 1996 (idem nota 12).

jo ou não) de duas das publicações nacionais presentemente editadas em Portugal. A escolha recaiu numa publicação diária e outra semanal. O jornal *Público* no primeiro caso, a revista *Visão* no segundo. Esta opção foi aleatória, apenas obedecendo ao critério de serem publicações de âmbito nacional¹² e de informação geral.

2.1 – Morfologia dos resultados

O facto de em mais de 40% das edições do *Público* e em quase 50% das edições da *Visão* não se ter detectado qualquer referência¹³ ao Alentejo é sintomático do periferismo da região (Figs. 6 e 7). Estes valores merecem, no entanto, alguma reflexão. Nem sempre uma referência na imprensa implica uma situação de vantagem¹⁴. Pelo contrário, e de acordo com alguns critérios editoriais, são os factos negativos os mais desejáveis para a comunicação social. Por outro lado, em publicações de âmbito nacional é presumível que se privilegiem notícias e artigos também de âmbito nacional, o que não significa que estas análises não sejam “localizadas”, isto é, não se refiram a territórios em concreto. Por isso, a ausência de informação parece-nos significativa por denotar algum esquecimento e muita inércia, pelo que não se pode deixar de atribuir a devida importância a estes números¹⁵.

Apesar de tudo, durante 1996, contabilizaram-se ainda 401 referências ao Alentejo nas publicações consultadas. Destas citações, quase 20% estão incluídas na temática *Cultura Alentejana e Eventos Culturais e Científicos*.(Fig.8)¹⁶. Com valores próximos dos 15%, surgem de imediato as referências associadas ao *Desporto* e às *Questões Políticas*. A gastronomia e a música alentejanas; os património cultural e monumental; a realização de congressos e actividades associadas ao ensino superior, sobretudo na Universidade de Évora, justificam grande parte do primeiro valor apontado. O processo de regionalização; os resultados das eleições presidenciais de 1996 e as visitas de políticos ao Alentejo estão na base dos cerca de 15% das referências englobadas nas *Questões Políticas*. O percurso do Sporting Campomaiorense e acontecimentos de desportos radicais no território alentejano, justificam a percentagem de citações agrupadas no *Desporto*. O problema da água e questões de âmbito agropecuário e mineiro, completam a lista de citações dominantes. A temática das *Acessibilidades e Vias de Comunicação* (com 4,1%) e do *Ambiente* (6,1%) merecem ainda algum destaque. Questões dispersas, como as relações com Espanha e outras mais específicas, como a passagem do gasoduto por terras alentejanas, fazem

¹² No caso do jornal *Público* optou-se pela consulta do corpo principal da publicação. Com efeito, o suplemento Local que acompanha diariamente o jornal, tem conteúdos diferentes, consoante as áreas de distribuição do jornal no país, dividindo-se em duas edições Norte e Sul.

¹³ Entende-se por referência uma notícia ou artigo a respeito exclusivamente desta região (ou parte dela), assim como a explicitação do Alentejo (ou de algum ponto do seu território) em artigos de âmbito mais geral e não exclusivamente dedicados a este território.

¹⁴ Sobre este assunto, lembramos aqui a máxima dos ingleses “*No News, Good News*”.

¹⁵ Contudo, uma interpretação destes valores teria mais consistência se fossem comparados valores para outras regiões do país, o que não invalida o significado que as estatísticas apresentadas tenham *per se*.

¹⁶ Por uma questão de critério, sempre que no conteúdo de uma notícia não se detectou o predomínio de uma das áreas temáticas consideradas, muitas referências foram simultaneamente incluídas em diferentes grupos.

O critério da divisão dos conteúdos destas referências por 9 grupos temáticos é discutível. No entanto, de acordo com a natureza das citações detectadas, foi esta a divisão mais conveniente.

III Congresso da Geografia Portuguesa

ainda parte das citações detectadas e incluídas, devido ao seu menor volume, no agrupamento *Diversos*. Por fim, destaca-se, não apenas pela percentagem de referências (10,2%), mas sim pelo seu significado geográfico, os artigos onde se faz apelo directo e predominante a fenómenos de marginalidade nesta região: o suicídio, o desemprego, a exclusão social, as dependências em relação à Segurança Social.

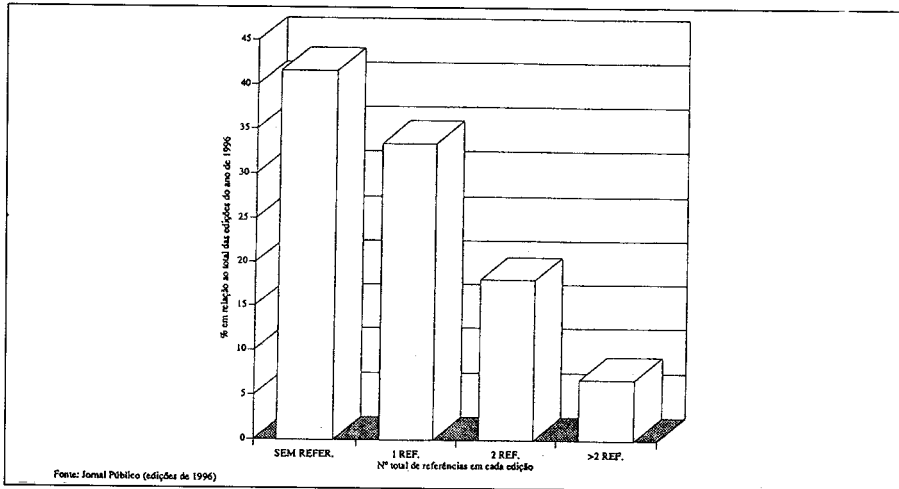


Fig.6- Número de referências ao Alentejo no jornal *Público*, em 1996.

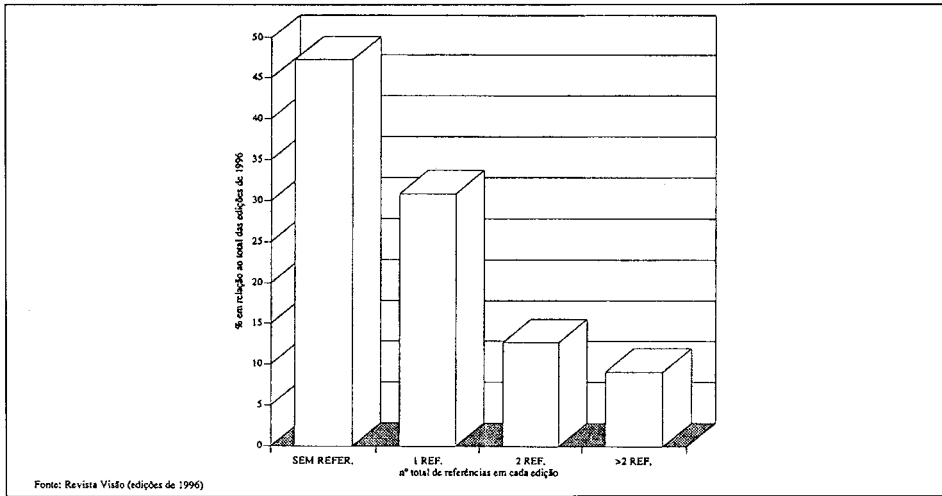


Fig.7- Número de referências ao Alentejo na revista *Visão*, em 1996.

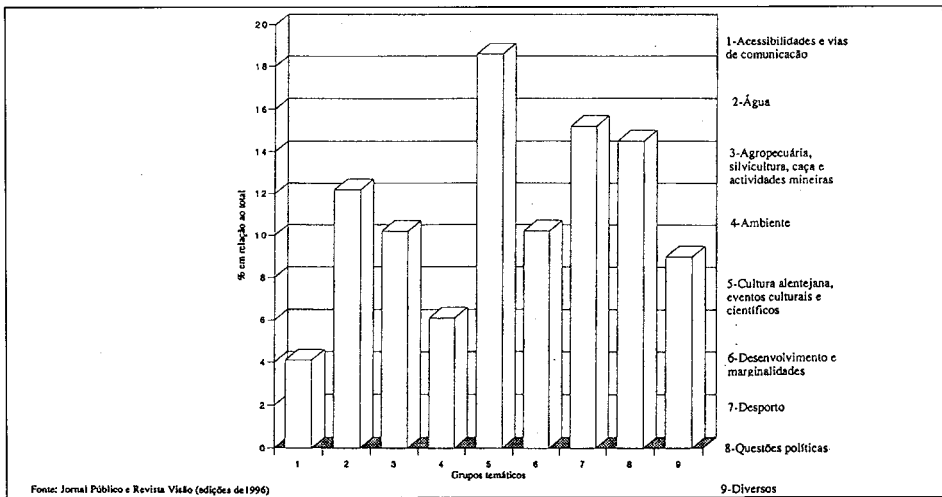


Fig.8- Agrupamento das referências ao Alentejo por unidades temáticas.

Como quadro territorial de fundo, é o concelho de Évora, com citações em 72 artigos, e os concelhos de Campo Maior (48) e Beja (41), que se encontram em primeiro plano (Fig.9). Portalegre (16), Aljustrel (14) e Elvas (11), são os restantes concelhos citados em mais de uma dezena de notícias. Próximo dos 10, apenas o concelho de Mértola (9).

Com efeito, a imagem a imprensa divulga do Alentejo está fortemente polarizada, como polarizado é também o seu território.

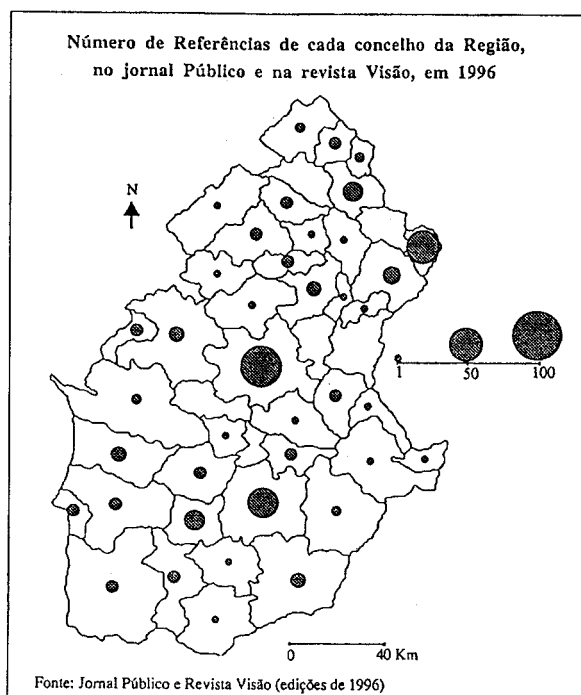


Fig.9- Número de artigos nos quais cada um dos concelho alentejanos é citado.

2.2 – Qual a imagem do Alentejo? Interpretação dos resultados anteriores.

A imagem que a comunicação social divulga pode não corresponder à identidade real de um território, apenas ao que é mais visível. Apesar disso, pelos números que atrás descrevemos, é possível retirar algumas ideias sobre o que poderá ser a imagem que o colectivo social tem do Alentejo¹⁷.

Fica comprovada a importância que o desporto e a política têm na definição da imagem de um território. Por exemplo, 96% das citações de Campo Maior correspondem a referências ao futebol: o desporto como um instrumento de divulgação de uma localidade e de uma região. O percurso recente do Sporting Campomaiorense, as suas ligações à família Nabeiro e à respectiva indústria de café, constituem uma imagem que percorre o país.

¹⁷ Um estudo a respeito da imagem do Alentejo apenas ficaria completo com a inquirição directa da população, quer autóctone, quer alóctone. Por outro lado, estão também envolvidos na construção da imagem de um território domínios como a literatura, a televisão, o cinema, as publicações científicas, a Internet e outros (e não apenas e imprensa), pelo que se abre aqui um vasto campo de investigação.

Para além disso, circula também a imagem da pobreza, do isolamento, da marginalidade. Um território de exclusão, com grupos sociais excluídos e dependentes: os idosos e os desempregados, as depressões psicológicas e, finalmente, o território de maior incidência de óbitos por suicídio a nível nacional. A montante deste quadro, a crise da agricultura, a carência de água, o avanço da desertificação dos solos (que acompanha o despovoamento dos Homens) e a crise mineira (daí Aljustrel se situar entre os concelhos mais citados). Actividades que não resistiram às leis das novas territorialidades.

A par deste cenário de desintegração, sublinham-se algumas vias de esperança no futuro, ainda assim, nem sempre consensuais. A regionalização: reforma administrativa da qual se esperam soluções para os estrangulamentos do passado. A barragem de Alqueva: o suposto instrumento de recuperação do Alentejo agropecuário.

Acima de tudo, coloca-se em relevo um recurso imaterial, mas provavelmente decisivo para o futuro da região: os patrimónios cultural e monumental. A gastronomia; a música alentejana (referida com insistência a propósito dos trabalhos de síntese de Michel Giacometti); a monumentalidade de Mértola (que a este facto deve a totalidade das citações); o “saber fazer alentejano” e a qualidade do genuíno, como os queijos de Nisa e de Serpa, os vinhos da Vidigueira, as castanhas do norte do distrito de Portalegre e os tapetes de Arraiolos; a caça; os símbolos, como Urbano Tavares Rodrigues, Manuel da Fonseca e Antunes da Silva; alguns festivais artísticos. Acima de tudo, a divulgação de um território a partir de uma cidade Património Mundial – Évora. Em paralelo, a imagem de um Alentejo como destino turístico. Os atractivos da monumentalidade, mas também da ruralidade, dos quotidianos perdidos nos territórios geoeconomicamente centrais, do ambiente. Num cenário de periferismo, emerge a centralidade do Alentejo em termos de qualidade ambiental.

Destaque também para o ensino superior, provável futura via de desenvolvimento regional. Portalegre (3 citações), Beja (8) e sobretudo Évora (13 referências), polarizam as citações neste domínio. As actividades cinéticas podem constituir uma plataforma de divulgação de um território. A imagem de Évora como cidade de congressos (10 referências) coloca atribui a esta urbe e ao Alentejo uma projecção, por vezes, internacional.

Em suma, a avaliar por esta análise, a *imagem média* que a população terá do Alentejo é complexa. Uma imagem de estrangulamentos, mas também de esperança no futuro. Uma imagem de periferismo, em paralelo com a valorização de especificidades que poderão projectar a região para o futuro. É óbvio que a imagem do Alentejo depende também do observador: natural do Alentejo ou apenas visitante; residente no Alentejo ou apenas observador longínquo. A percepção do Alentejo será do mesmo modo diferente de acordo com as diferenças de olhares, de consumo dos espaços, de sensibilidades, de interesses pessoais e de experiências de vida de cada observador e de diferentes agrupamentos sociais. A percepção do território nunca é isenta. Esta uma das dificuldades que se colocam aos protagonistas das intervenções territoriais.

Bibliografia

- BAILLY, Antoine et al. (1996); *Changing Cities: Restructuring, Marginality and Policies in Urban Europe*; in *European Urban & Regional Studies*, vol. 3, nº 2; Addison Wesley Longman Limited; Essex.
- BARRETO, António (1996); *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*; Instituto de Ciências Sociais; Universidade de Lisboa.

III Congresso da Geografia Portuguesa

- BLOTEVOGEL, Hans; KING, Russell (1996); *European Economic Restructuring: Demographic Responses and Feedbacks*; in *European Urban & Regional Studies*, vol. 3, n° 2; Addison Wesley Longman Limited; Essex.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1993); *Portugal: a Marginal Country in the European Community, or a European Country with Marginal Regions?*; in notes of the meeting of the IGU Study Group on Development Issues in Marginal Regions; Taipei.
- FITOUSSI, Jean-Paul e ROSANVALLON, Pierre (1997); *A Nova Era das Desigualdades*; Celta Editora; Oeiras.
- GASPAR, Jorge (1993); *As Regiões Portuguesas*; Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Ministério do Planeamento e da Administração do Território; Lisboa.
- HADJIMICHALIS, Costis (1994); *The Fringes of Europe and EU Integration: a View from the South*; in *European Urban & Regional Studies*, vol.1, n° 1; Addison Wesley Longman Limited; Essex.
- HADJIMICHALIS, Costis and SADLER, David (1995); *Integration, Marginality and the New Europe*; in *Europe at the Margins – new mosaics of inequality*; John Wiley & Sons; Chichester.
- LONSDALE, Richard (1997); *Demographic Considerations in Assessing Marginality*; in *Conference on Past, Present and Future Cultural, Social and Economic Parameters of Marginal and Critical Regions*; Harare.
- NAZARETH, J. Manuel (1988); *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*; Editorial Presença; Lisboa.
- SHIELDS, Rob (1991); *Places on the Margin – Alternative geographies of modernity*; Routledge; London and New York.
- THOMAS, Dennis (1996); *Winner or Loser in the New Europe? Regional Funding, Inward Investment and Prospects for the Welsh Economy*; in *European Urban & Regional Studies*, vol. 3, n° 3; Addison Wesley Longman Limited; Essex.